



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 207

SÁBADO, 5 DE DEZEMBRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 268ª SESSÃO, EM 4 DE DEZEMBRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofício do Ministro do Trabalho

— Nº 679/92, de autoria do Senador João Rocha, encaminhando informações sobre quesitos constantes do Requerimento nº 705, de 1992.

1.2.2 — Ofício da Liderança do Bloco Parlamentar na Câmara dos Deputados

— De substituição de membro na Comissão Mista do Orçamento

1.2.3 — Requerimento

Nº 879/92, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, solicitando autorização do Senado para integrar a delegação do Brasil à XLVII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

1.2.4 — Comunicação

— Do Senador Epitácio Cafeteira, que se ausentará do País em viagem de caráter particular, no período de 8 de dezembro deste ano a 5 de janeiro de 1993.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Possê dos novos dirigentes da LBA.

SENADOR NABOR JÚNIOR — Reparos a críticas ao Governo Itamar Franco, consideradas infundadas por S. Ex^ª

SENADOR NEY MARANHÃO — Considerações sobre o cartel do cimento em nosso País.

SENADOR RONALDO ARAGÃO — O problema da falta de energia elétrica em Rondônia e a necessidade de se concluir a hidrelétrica de Samuel.

1.2.6 — Requerimento

— Nº 880, de 1992, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando que seja considerada como licença sua ausência aos trabalhos do Senado, no dia 7 de dezembro em curso, a fim de participar do Seminário "A Forma e o Sistema de Governo", em São Paulo **Votação adiada** por falta de quorum.

1.2.7 — Comunicação da Presidência

— Proposta ao Plenário do nome do Senador Alfredo Campos para representar o Senado no XIII Congresso Nacional dos Empresários do Transporte Rodoviário de Cargas e IX Fenatran — Feira Nacional do Transporte, no período de 7 a 15 de dezembro de 1992, em Buenos Aires. **Votação adiada**, por falta de quorum.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1991-Complementar (nº 69/89-Complementar, na casa de origem) de iniciativa do Ministério Público da União, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. **Apreciação sobrestada**, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Projeto de Resolução nº 68, de 1992, de iniciativa da Comissão Diretora, que altera o Regimento Administrativo do Senado Federal e reestrutura a Subsecretaria de Assistência Médica e Social. **Apreciação sobrestada**, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1992 (nº 3.203/92, na Casa de Origem), de iniciativa do Presidente da Repú-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MALA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

blica, que cria cargos nos Quadros de Pessoal das Instituições de Ensino Superior que menciona e dá outras providências. **Apreciação sobrestada**, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Redação final do projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente. **Apreciação sobrestada**, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

1.3.1 — Matéria apreciada após a Ordem do Dia

— Requerimento nº 879/92, lido no Expediente da presente sessão. **Votação adiada** por falta de quorum, após parecer da comissão competente.

1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOÃO CALMON — Considerações, a respeito das conclusões da CPI destinada a investigar as

causas da crise da Universidade Brasileira e sobre o Ensino no País.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Defesa do Governo Itamar Franco.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Consequências econômicas para o Brasil decorrentes dos possíveis resultados da Rodada Uruguaia, do GATT.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia para proxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE - LÍDERES DE PARTIDOS

4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 268ª Sessão, em 4 de dezembro de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Francisco Rollemberg e Eptácio Cafeteira

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Amir Lando — Elcio Álvares — Eptácio Cafeteira — Francisco Rollemberg — João Rocha — Jutahy Magalhães — Lourival Baptista — Nabor Júnior — Ronaldo Aragão — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

OFÍCIO DO MINISTRO DO TRABALHO

Ofício nº 679/92, de 2 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 705, de 1992, de autoria do Senador João Rocha.

As informações foram anexadas ao Requerimento, que vai ao arquivo, e encaminhadas, em original, ao Requerente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Ofício nº 277-L-BL. PARL./92

Brasília, 04 de dezembro de 1992.

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que o Deputado PEDRO IRUJO — PRN/BA, deixa de fazer parte, como Membro Suplente, da Comissão Mista de Orçamento, assumindo em seu lugar o Deputado ODELMO LEÃO — PRN/MG.

Nesta oportunidade, apresento a V. Exª protestos de estima e apreço. — Deputado José Carlos Aleluia Líder do Bloco Parlamentar em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 879, DE 1992

Tendo sido designado pelo Senhor Presidente da República para, do dia 07 ao dia 20 do presente mês, integrar a Delegação do Brasil à XLVII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, de acordo com decreto de 2 de dezembro de 1992, Ministério das Relações Exteriores — Atos do Poder Executivo (DOFC 3/12/1992 pg. 7673 seção II), solicito autorização do Senado para aceitar a referida missão nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição e art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala das Sessões, 3 de dezembro de 1992. — Senador Francisco Rollemberg.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETO DE 2 DE DEZEMBRO DE 1992

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 1.965, de 5 de setembro de 1958, e na Lei nº 44.731, de 31 de outubro de 1972, regulamentada pelos Decretos nºs 78.430, de 27 de fevereiro de 1975, 15.148 de 15 de setembro de 1980, e 95.670, de 16 de janeiro de 1988, resolve

DESIGNAR

Os Senhores Senadores Flaviano Melo, Francisco Rollemberg e Gerson Camata para, na qualidade de observadores Parlamentares, integrarem a Delegação do Brasil a XLVII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Brasília, 2 de dezembro de 1992. 171ª da Independência e 104ª da República.

Ibsen Pinheiro — Luis Felipe Palmeira Lampreia

(*À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.*)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — De acordo com o art. 40, § 4º, do Regimento Interno, o requerimento será remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, devendo se submeter à deliberação do Plenário após a Ordem do Dia, em virtude do que se acha previsto no art. 40, § 3º, da Lei Interna.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

Sr. Presidente:

Comunico, nos termos do Art. 39, alínea a do Regimento Interno, que me ausentarei do país em viagem de caráter particular, no período de 08 de dezembro deste ano a 05 de janeiro de 1993.

Brasília, 4 de dezembro de 1992. — Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — O expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia 11 de novembro de 1992, às 15 horas, assisti à posse da nova direção da Legião Brasileira de Assistência, no auditório do Edifício Sede do Ministério do Bem-Estar Social, quando foram empossados, com a presença de grande público, composto de várias autoridades, funcionários da Legião Brasileira de Assistência e muitos amigos de Brasília e de Sergipe, no cargo de Presidente a Drª Leonor Barreto Franco, e, no cargo de Vice-Presidente, um antigo servidor do Senado Federal, o Dr. Marcos Vieira.

A Legião Brasileira de Assistência, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como sabemos, é um órgão que existe há 50 anos, com uma imensa responsabilidade e uma dívida enorme para com a população carente. Tem prestado, ao longo de meio século de existência, inestimáveis serviços à sociedade e ao País.

Em Sergipe, a LBA sempre teve uma prestimosa atuação no atendimento às famílias carentes, prestando-lhes uma diversificada pauta de serviços essenciais no campo da assistência social.

A Legião Brasileira de Assistência em Sergipe teve um período de grandes realizações, criatividade e dinamismo quando a Drª Leonor Barreto Franco ocupou a Superintendência da Instituição, acumulando uma experiência que lhe permitiu, posteriormente, realizar valiosos trabalhos em outros órgãos de assistência social no Estado.

Quero registrar, Sr. Presidente, com satisfação, a confiança no futuro da LBA, a tônica firme e contundente do discurso de posse da atual Presidente da Legião, declarando que a Instituição “não é sigla, é histórica. Não está à disposição do Estado, mas a serviço de toda a Nação. Ela não é partidária, é política, se bem que solidária com os mais carentes. Acredita mais no emprego do que na ajuda ao desempregado. É igualmente, por experiência própria que, na recuperação do homem, na formação e na conquista da criança e do adolescente, a LBA não crê no confinamento voluntário ou compulsório, mas defende o direito ao emprego, aposta na pedagogia do trabalho, pedagogia que enriquece a cabeça, tempera o caráter e molda o coração”.

E, mais adiante, em uma série de considerações pertinentes à realidade da LBA e do País, define a nova linha de ação administrativa e política do órgão que acabara de assumir: “Vamos alcançar nossos objetivos com uma política de estímulo à descentralização operacional e a centralização do controle, com uma coordenação permanente entre todos os órgãos de assistência social envolvidos no sistema. Não abrirei mão de um combate implacável ao desperdício. O dinheiro do contribuinte é sagrado. O Brasil de hoje tem o dever histórico de combater a corrupção”.

E conclui com determinação:

“Ninguém na LBA vai manipular privilégio, comercializar influência, negociar prestígio. Vou cobrar responsabilidades, zelar pela instituição, defender a administração...”

Confesso, Sr. Presidente, que o pronunciamento da atual Presidente da LBA, em sua fala de posse, muito me tocou o entusiasmo. Quero acreditar que essa benemérita institui-

ção, que tão relevantes serviços tem prestado ao Brasil por meio século, passará doravante por uma fase promissora de aperfeiçoamento operacional e administrativo, em que dinamizará, com melhoria do nível de qualidade, o atendimento a sua enorme clientela, mas com absoluto rigor e economia na aplicação dos seus recursos.

Desta tribuna do Senado manifesto os meus votos de sucesso à nova direção da Legião Brasileira de Assistência.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não posso deixar de lembrar o nome de outra mulher que também exerceu, com objetividade e dinamismo, a Presidência da LBA e que muito ajudou a Sergipe, Dr^a Léa Leal.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição com o meu pronunciamento do teor do discurso de posse da Dra. Leonor Barreto Franco na Presidência da LBA.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
LOURIVAL BAPTISTA EM SEU PRONUNCIAMENTO:*

**LEONOR BARRETO FRANCO
DISCURSO DE POSSE NA PRESIDÊNCIA DA
FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA
LBA**

Brasília, 11 de novembro de 1992

Honrada com a convocação do excentíssimo Senhor Presidente da República, Itamar Franco, assumo a presidência da fundação Legião Brasileira de Assistência, a conhecida e tradicional LBA, uma casa de trabalho, de solidariedade e de esperança.

Assumo a direção da LBA num momento difícil, em hora dramática. Mas estou convencida de que a LBA vencerá todas as dificuldades, seja cumprindo fielmente suas atribuições, seja ajudando o país a superar a crise na qual foi jogado pela levandade de uns e o impatriotismo de outros. Esta é a minha disposição e a da própria filosofia do Governo Itamar Franco: Governo que, feito de competência, honestidade e patriotismo, tem compromisso com a justiça, a cultura, o desenvolvimento e o bem-estar do povo brasileiro. Não se faz afirmação graciosa, o Presidente Itamar Franco, prudente sem ser omisso, conciliador sem ser leviano — uma vida a serviço de Minas Gerais é do Brasil — não compactua com o atraso, a violência, a esperteza e a marginalidade. Um presidente que não exerce o poder para enriquecer grupos, premiar amigos, tropeçar no medo, resvalar no descrédito, mergulhar na ingovernabilidade.

Não é fácil, em meio as atuais dificuldades políticas e econômicas, dirigir a fundação Legião Brasileira de Assistência, mas, posso garantir, não pretendo ser apenas mais uma presidente da LBA. Posso garantir que não vou ser uma nova decepção. O desafio não me intimida, porque não me falta coragem para contrariar interesses ilegítimos. Espero servir a LBA com equilíbrio, espírito de justiça e dignidade.

Sei bem que a LBA, pressionada por todos os lados, sofre dos males de um país subdesenvolvido, endividado e carente de uma adequada e lúcida política social. Envolvida por improvisações onerosas, castigada por casuísmos frequentemente eleitoreiros, a Fundação Legião Brasileira de Assistência pede força e prestígio. Não é motivo de orgulho para os que nela trabalham, nem estímulo para os carentes que, Brasil a fora, procuraram a LBA confiantes e esperançosos.

A LBA tem um passado de dignidade e não pode abdicar do seu futuro. Na medida em que deixa de ser instrumento

de desejável e idônea política social, ela dá as costas ao povo, vira balcão de negócios e de politicagem. E isto, obviamente, constringe e humilha os brasileiros de boa vontade.

A LBA não é sigla, é história. Não está a disposição de um estado, mas a serviço de toda a Nação. Ela não é partidária, é política, se bem que solidária com os necessitados, os mais carentes. A Fundação Legião Brasileira de Assistência que assumo hoje confia na sua clientela sofrida e não no clientelismo eleitoral. Acredita mais no emprego do que na ajuda ao desempregado. É igualmente, por experiência própria que, na recuperação do homem, na formação e na conquista da criança e do adolescente, a LBA não crê no confinamento voluntário ou compulsório, mas defende o direito ao emprego, aposta na pedagogia do trabalho, pedagogia que enriquece a cabeça, tempera o caráter e molda o coração.

O desenvolvimento pleno e integral do País passa, também, por uma política social inteligente e humana. Mas entendo que qualquer política social no país deve ser fundamentalmente simples, singela. E esta é a principal marca que pretendo imprimir na atuação da LBA, de hoje em diante. A marca da simplicidade. Só assim, atingiremos com presteza e eficiência os brasileiros desassistidos, os que efetivamente esperam do estado uma atitude que amenize seus sofrimentos. Vamos alcançar nossos objetivos com uma política de estímulo a descentralização operacional e a centralização do controle; com uma coordenação permanente entre todos os órgãos de assistência social envolvidos no sistema. Não abrirei mão de um combate implacável ao desperdício. O dinheiro do contribuinte é sagrado. O Brasil de hoje tem o dever histórico de combater a corrupção.

O Presidente Itamar Franco tem razão quando manifesta sua preocupação com a crise social. O Brasil não pode se omitir diante da miséria imposta a grande parcela do seu povo. É imperativo que enfrentemos o cenário de hoje, aquele que contabiliza, a cada minuto, a morte de três crianças vítimas da fome e da falta de assistência à saúde. A situação atual obriga-nos a dar prioridade aos miseráveis e esquecidos, aqueles privados das mínimas condições de sobrevivência e que, sem assistência do estado, estão condenados à morte. Estamos certos, no entanto, da nossa incapacidade de enfrentar, sozinho, este enorme desafio. E só conseguiremos parcerias nesta luta se resgataremos, o quanto antes, a credibilidade da instituição diante de todos os segmentos da sociedade, conheço a disposição de muitos em nos ajudar. Posso assegurar, pelas razões que todos conhecem, que vou buscar junto a iniciativa privada, junto ao empresário brasileiro, experiências, idéias e meios que ajudem a LBA a alcançar seus objetivos.

Estou convencido, neste momento, de que teremos um apoio incansável da parte do Sr. Ministro Jutahy Magalhães Júnior. Impressiona-me a determinação do senhor Ministro ao cumprimento das metas de sua gestão. Toca-me a simplicidade e o conhecimento de causa que ele demonstra na discussão dos mínimos problemas do dia-a-dia. Tranqüiliza-me a sinceridade de propósitos que ele imprime no desempenho de suas atribuições.

De minha parte posso assegurar, Sr. Ministro, que não estou aqui para ensinar nem para julgar. Estou aqui para aprender e para compreender. É desnecessário afirmar que não sou dona da verdade. Porém, não convivo com a mentira, não compactuo com a mistificação. Dentro das minhas atribuições, fiscalizarei e serei fiscalizada. Não serei comandada. Vou comandar. Ninguém na LBA, vai manipular privilégio, comercializar influência, negociar prestígio. Vou cobrar res-

ponsabilidades, zelar pela instituição, defender a administração pública, cooperar com o Presidente Itamar Franco, servir ao Brasil. Vou fazer isto com a experiência de quem já trabalhou na LBA, de quem já exerceu, durante seis anos, a superintendência da LBA de Sergipe. Não há porque desistir da luta. Não há porque perder a esperança.

Quero ainda, por dever de justiça, deixar aqui os meus agradecimentos ao Presidente Paulo Sotero e a toda sua equipe. Nos últimos dias tive a oportunidade de conhecer a realidade de hoje da LBA e posso testemunhar o grande esforço que foi feito por esta equipe que nos antecede. O trabalho que ela fez é de alto nível e nos será muito útil.

Senhor Ministro, Senhoras e Senhores:

Com a confiança do Presidente Itamar Franco e do Ministro Jutahy Magalhães Júnior espero, com as bênçãos de Deus, reabrir as portas da LBA ao povo brasileiro, conto também, para isso, com a ajuda dos amigos e dos servidores desta Casa, os competentes e os dedicados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão. (Pausa.)

S. Ex^a não se encontra presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, talvez ainda fascinados pelo ritmo frenético do Governo afastado, muitos brasileiros estão criticando os primeiros dias da administração Itamar Franco, decepcionados, quem sabe, pela ausência do jogo de cena, do estrelismo desenfreado e da maciça propaganda a que éramos submetidos até 30 de setembro último.

Naquele dia histórico, a Câmara dos Deputados concluiu pela admissibilidade do processo contra o Presidente Fernando Collor, com base nas apurações procedidas e divulgadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou os crimes cometidos pelo nefando Sr. PC Farias e seus vínculos indiscutíveis com a estrutura governamental então vigente.

A falta de conteúdo real e de estofo político-ideológico, na Administração banida pela Câmara e hoje sob julgamento do Senado, tinha outros alicerces, além da citada campanha permanente na mídia: o comprometimento financeiro, político e operacional, também desnudado pela CPI de PC, que rastreou inúmeros e sempre gravíssimos casos de empresários comprando o inconfessável em troca de fortunas incalculáveis. Eram, verdadeiramente, casos de difícil compreensão pela cidadania — mas que, hoje, começam a se explicar pela própria assuada que procura impedir a consolidação de Itamar Franco e sua equipe.

Quero, preliminarmente, deixar claro o propósito de evitar julgamentos formais a Fernando Collor, nesta oportunidade. A hora exata de fazê-lo será no dia 22 de dezembro corrente, quando o processo que tramita no Senado chegará a sua fase conclusiva, com a votação do impedimento definitivo do Presidente afastado e a suspensão dos respectivos direitos políticos pelo prazo de oito anos. Até lá, todavia, o Brasil precisa caminhar, superando impasses e realizando as metas almejadas por toda a sociedade; a seriedade pessoal e a dignidade de homem público do Presidente Itamar Franco exigem compreensão e respeito, principalmente quando consideramos o quadro político-institucional conturbado em que ascendeu à suprema posição do Executivo.

Ao contrário dos grandes cartéis, principalmente daqueles submissos e nutridos pelo capital internacional, as forças e as intenções que cercam Itamar Franco são as autênticas da nacionalidade. Uma de suas primeiras declarações, ao assumir a Presidência, chamava o Brasil à realidade, lembrando que não se deve ficar pensando em Nova York, quando o panorama brasileiro é o da pobreza, das periferias, das favelas. Estávamos desacostumados, confessemos, e por isso muitos ficamos chocados com essa advertência, simples, mas não simplória.

Era o espelho do cidadão devotado à vida pública ao longo de inúmeras legislaturas e de mandatos sucessivos à frente de sua própria comunidade; todo um passado de homem probo, leal, consagrado em sua seriedade, era-nos exibido em palavras singelas e profundas, dentro da simplicidade de hábitos e de atos que, todavia, jamais pode ser confundida com fraqueza, omissão ou falta de autoridade.

Ao contrário, este é o estilo Itamar Franco: não às posturas imperiais e ao teatralismo patológico — sim à firmeza de ordens e à cobrança de resultados práticos na gestão administrativa.

Tentam os adversários e os contrariados, a todo custo, vender uma falsa imagem de “inação” e “paralisia” do Governo — como se fosse possível enganar a todo o povo brasileiro, que assiste à série de providências importantes, como proposta de reforma fiscal; revitalização das privatizações de estatais, agora consultando os verdadeiros e legítimos interesses da Pátria; a volta do Brasil à realidade do Terceiro Mundo, sem cuja consciência jamais fugiremos ao atraso no cenário internacional; a dignificação dos aposentados e pensionistas da Previdência Social, que finalmente recebem o que lhes era furtado há dois anos; providências concretas para levantar e entender a realidade das contas, tarifas e estruturas das estatais; e, a curto prazo, retomada de princípios democráticos transparentes em todos os níveis do Poder Executivo.

Tudo isso, lutando com a necessidade de reconstruir, a toque de caixa, toda a máquina administrativa federal, desmantelada pela “reforma” engendrada pela equipe banida e cujos servidores ainda se mostram atônitos, desestimulados e temerosos de novas perseguições irresponsáveis.

Há quem desdenhe tanto trabalho, Sr. Presidente!

Os números da inflação ou caem ou permanecem nos níveis herdados por Itamar Franco. Mas o foco das críticas está justamente nos mercados e centros especulativos que se viciaram em ganhar com a Bolsa de Valores rendimentos de aplicações subsidiadas, juros leoninos e a usura em todas as suas formas, gente para quem “verde e amarelo” é apenas a dupla ouro-dólar, hoje em vertiginosa disparada diária.

Lemos e assistimos, diariamente, críticas furibundas à decisão do Presidente Itamar Franco de avocar a palavra final sobre os aumentos de produtos fundamentais como os combustíveis e os remédios. Fabricantes que escondem as planilhas verdadeiras vêm protestar e mostrar a evolução das taxas cambiais, esquecendo-se de que o trabalhador recebe seu salário em cruzeiro, não em dólar ou marco alemão; autoridades comprometidas com velhos esquemas tentam cumprir promessas igualmente velhas de contemplar as grandes multinacionais com aumento acima da inflação para seus produtos de consumo obrigatório; e, pior de tudo, procuram criar na opinião pública a falsa imagem de que está voltando o fracassado sistema de congelamentos e controle de preços generalizados.

Nada mais falso. Nada mais desonesto!

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR — Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Jutahy Magalhães — Quero parabenizar V. Ex^a por trazer ao debate essa questão das críticas que fazem ao Presidente da República. V. Ex^a, neste momento, está abordando um ponto que considero muito importante. Ouvimos críticas de que estava se querendo voltar ao controle de preços, quando o Presidente trata da questão das tarifas e o problema dos medicamentos. Sabemos que, nesses últimos meses, o aumento dos medicamentos chegou a uma média de 1.200%. Na mesma época, a inflação chegou a 730, 740%, e os salários em torno de 400%. Quando o Presidente demonstra preocupação com essa questão, aparece logo alguém para dizer que isso é populismo, quando não é. Isso é uma preocupação social, para permitir que aqueles que necessitam tenham condições de comprar o medicamento, principalmente aqueles de uso continuado. Hoje, sabemos que a Ceme voltou a fabricar esses medicamentos, quando até há pouco tempo estava preocupada com outras questões como, por exemplo, influência e participação no tal esquema PC e outros. Quando fala em aumento de tarifa — V. Ex^a está acentuando muito bem — não é só dizer que o dólar e a inflação subiram. O que o Presidente quer saber é se é necessário esse aumento ou se a empresa pode, através de uma maior preocupação com a produtividade e com a eficiência da empresa, sem prejuízo para o desenvolvimento e os investimentos da mesma, se pode dar um aumento abaixo daquele da inflação. Não é o facilitário do cálculo: bom, aumentou tanto a inflação, então temos que aumentar a tarifa em tanto. Agora também é preciso que se preocupem com a eficiência. E o Presidente mostra que até essas questões das empresas que têm o monopólio também devem ser fiscalizadas para se ver a eficiência e a produtividade que os seus administradores estão desenvolvendo à frente dessas empresas. Novamente parabeno V. Ex^a, pois temos que mostrar esse fatos. Essas críticas fáceis de populismo não nos impressionam. V. Ex^a vê que o Presidente está procurando atingir um de seus objetivos, o de baixar os juros. Hoje já se anuncia ser possível baixar os juros. E sempre se disse que isso não era possível. Onde estamos? Até onde chegamos com essa política recessiva que estamos enfrentando há tantos anos? Parabéns a V. Ex^a

O SR. NABOR JÚNIOR — Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte.

V. Ex^a tem inteira razão, quando destaca a preocupação do Presidente Itamar Franco quanto ao problema social que afeta, principalmente, as populações mais carentes do País. Veja V. Ex^a, bastaram essas atitudes questionando o preço dos medicamentos e as tarifas do serviço público, e a inflação no mês de novembro já caiu em mais de dois pontos percentuais, em relação à de outubro. E haverá de cair ainda mais, com a determinação do Presidente ao Banco Central de que reexamine as taxas de juros. Os economistas costumam dizer que essa política de juros altos vem contribuir para conter a inflação, mas, na realidade, ela tem contribuído para acelerar o processo inflacionário, pois os juros acabam sempre embutidos nos preços dos produtos colocados à disposição da população. Essa história de política de juros altos para combater a inflação é balela, é coisa de economista, que tem levado muitos governos ao fracasso.

Em determinada ocasião — quando eu era Governador do Acre — viajei ao Rio de Janeiro em companhia de um

ex-colega da Câmara dos Deputados, que também é economista, já foi Secretário de Estado e até Ministro. No aeroporto do Galeão, apresentou-me um outro economista que tinha participado da equipe do Ministro Dilson Funaro. Ele me apresentou, mas chamou-me, assim, ao lado e disse: “Olhe, Governador, cuidado com os economistas”.

Esses economistas, esses monetaristas acham que devem embutir na inflação brasileira o custo do dólar, a variação cambial. É isso que está nos levando à atual situação de desespero, porque se o dólar aumenta 25%, tem-se que aumentar o preço da gasolina em 25%, tem-se que aumentar as tarifas de energia em 25%, tem-se que aumentar o preço dos medicamentos em 25%. Além disso, o Governo anterior autorizou que os laboratórios aumentassem o preço dos medicamentos em 6% acima da inflação, transformando-os em algo inacessível à população de baixa renda. Só as pessoas que ganham acima de cinco salários mínimos é que podem comprar remédios especiais, devido ao seu alto custo, contrariando uma necessidade básica da nossa população. Agradeço o aparte de V. Ex^a

Prossigo, Sr. Presidente:

Sou, por origem e convicção, defensor irremovível e histórico da livre empresa. Creio que só a redução da presença do Estado na economia poderá dar a esta a força e a pujança necessárias ao progresso nacional — mas falo em Redução, não em Extinção da presença reguladora do Estado.

Uma coisa é o poder público se limitar ao gerenciamento disciplinador das forças de mercado e de produção; outra, muito diferente, é deixar que os mais fortes massacrem, eliminem, explorem impunemente os mais fracos. Forças desiguais não podem receber tratamentos iguais, pois essa falsa equidade é a essência da injustiça, implicando prévia determinação de quem vai esmagar quem. Inimigos tradicionais da Petrobrás, por exemplo, choram lágrimas grotescamente insinceras ante a falta de aumentos substanciais nos preços dos derivados de petróleo, denunciando “prejuízos” que a empresa sofre com isso; não ouvem, ao que parece, a verdadeira proposta, que é a de fazer um levantamento sério e sereno das estruturas e dos custos da grande estatal, para avaliar se a necessidade de novos preços deriva de exigências corretas ou se destina a cobrir prejuízos decorrentes de má gestão.

Realmente, estávamos todos desacostumados. Há muito tempo ninguém ouvia um Presidente, no Brasil, fazer o confronto entre o preço da eletricidade doméstica e o salário mínimo; seria impensável, há setenta dias, ver-se no Palácio do Planalto um pedido de explicações sobre o fato de que os salários sobem de quatro em quatro meses, enquanto a gasolina aumenta os preços uma ou duas vezes a cada mês; milhões e milhões de dólares eram gastos para desmoralizar as estatais, favorecendo os que se empenhavam em doá-las a quem tivesse moedas podres para investir no balcão das pechinchas, construídas com o suor de toda a sociedade e entregues a empresários que só obedecem à “Lei de Gerson”.

Realmente, determinar que o programa de desestatização continuará, mas a preço justo e pagamento condigno, é algo chocante para essa gente...

Essa gente, decerto, considera “modernidade” a compra de grandes empresas rentáveis com o pagamento de apenas 1,1% de seu preço em dinheiro vivo — o resto é na forma de títulos sem valor real e outras letras que a opinião pública, sábia como sempre, batizou de moedas podres. É provável que as mesmas pessoas não compreendam o porquê da suspensão de obras públicas sob forte suspeita de superfaturamento,

como Xingó; mas, surpresa de verdade era a do Banco Mundial, que vivia indagando "por que as grandes empreitadas custam, no Brasil, pelo menos 30% a mais que nos outros países", como lembra editorial do *Jornal do Brasil*, edição do último dia 1º de dezembro.

Antes de cobrar explicações de um Governo que mal teve tempo para se instalar, os empresários surpresos devem, eles sim, explicar fenômenos como o ocorrido com os eletrodomésticos: as vendas despencaram, em consequência do aviltamento dos salários, mas, ao invés de baixar os preços, os fabricantes aumentaram as tabelas em até 1.875% em doze meses, contra uma inflação de 1.160%. Nesse período, por exemplo, um aparelho de TV teve seus preços majorados em 1.438,5%, mesmo com as vendas despencando mais de 13%. As indústrias devem estar certas; errados, sem dúvida, estão todos os cientistas econômicos que pregam a redução de preços unitários para massificar a venda e recuperar, no atacado, a perda relativa em cada operação individual.

A assistência pública, no setor de saúde e previdência social, está literalmente falida, obrigando os Ministros Jamil Haddad e Antônio Brito a usar todo o talento e o espírito criador de que são dotados, poupando maiores sofrimentos para o já torturado trabalhador brasileiro. Mas, quando se exigem moedas sonantes, reais, na privatização das empresas do Governo; quando se impede a troca de dinheiros podres por patrimônios reais; quando se antecipa que tais créditos serão transferidos para dar assistência médica e dignidade previdenciária aos cidadãos, aí a cortina de insinuações e críticas maldosas se agitam nos teatros do grande capital.

Falar de TV a cores, como falei há pouco, pode parecer irreal. Detenho-me, portanto, em algo mais diretamente vinculado à sobrevivência imediata de milhões de brasileiros: os remédios, cujas tabelas vinham sendo reajustadas muito acima de inflação, num "acordo" celebrado entre o Governo banido e os poderosos laboratórios estrangeiros que dominam o mercado. Foram aumentos, em muitos casos, batendo em 2.000 a 3.000%, mais do dobro da inflação anualizada, criando disparates como o custo de um medicamento da importância do Renitec, que sai por quase metade de um salário mínimo, e é indispensável para os hipertensos.

Um aposentado do INSS, que dele dependa, em doses diárias, desse medicamento para sobreviver, terá de optar: ou come sua ração básica — e morre pela falta de remédio — ou divide sua ridícula pensão entre alimento e remédio, ficando carente de ambos. Ser contra isso é ser contra a modernidade?

Podemos aceitar que chavões e slogans meramente propagandísticos se ponham acima do real interesse da sociedade? É admissível a exploração dos incautos que se vincularam a consórcios de automóveis, hoje vítimas indefesas da ganância e da avidez das montadoras?

Os preços dos automóveis nacionais saíram da realidade do contexto salarial e social do País. Tanto assim que são praticadas, no mínimo, duas tabelas distintas: uma, que fixa os pagamentos extorquidos aos consorciados; outra, que vale para quem se apresenta na revendedora e adquire um veículo à vista ou financiado pelas próprias fábricas, através de seus bancos ou de associados. Explicando melhor, quero dizer que a prestação do consórcio é baseada na tabela oficial; já a comercialização direta implica reduções de até 30%. Num caso, o cliente não tem nem a quem apelar; no outro, é o "salve-se quem puder e quem tiver". O delírio das tabelas traz, por exemplo, um veículo básico tipo "Gol" para a estra-

tosfera; em maio, custava 24 milhões de cruzeiros e, até ontem, custava 107 milhões, ou seja, 336% de aumento em apenas seis meses. E os jornais já trazem, hoje, o aviso de novo reajuste imediato.

Que trabalhador honesto recebeu aumento nestas proporções no último semestre? Quantos brasileiros, além dos especuladores inescrupulosos, elevaram tanto sua renda pessoal?

Só quem tem um PC Farias para pagar suas despesas!

Outro escândalo está desesperando os chefes de família, vítimas da inércia, da omissão e da irresponsabilidade do Governo afastado: as anuidades escolares, verdadeiro escândalo de voracidade, exploração criminosa, total falta de escrúpulos e de percepção na sensível área da educação da juventude.

Primeiro, sucateou-se a escola pública, estimulando a imaginação popular com projetos grandiosos e irrealistas como CIEP, CIAC e outras griffes eleitorais; depois criou-se a idéia de que apenas o ensino particular seria proveitoso para a formação dos jovens; por fim, elevaram-se as anuidades e suas correspondentes mensais a níveis inatingíveis, gerando nos pais o terror quanto ao futuro dos seus filhos. Isso é política de mercado ou omissão do Governo? Ou, pior ainda, é conivência nebulosa com tubarões do pseudo-ensino?

Também nesse campo o Governo Itamar Franco está agindo com firmeza e serenidade. Enquanto procura observar os postulados da democracia econômica, busca solucionar os dramas imediatos dos cidadãos, usando os recursos e as soluções mais à mão. O Ministro Murilo Hingel está questionando, junto à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, a benemérita CNEC, a transferência de até 300 mil alunos, fugitivos da exploração das escolas particulares; esta é a expectativa do número de vagas que as escolas públicas não poderão oferecer para abrigar tais jovens.

Sr. Presidente, Srs. Senadores: precisamos ficar atentos ao recrudescimento de campanhas mal intencionadas ou meramente desinteressadas das necessidades nacionais.

Modernidade, desestatização, economia de mercado, democracia financeira, transparência administrativa, são objetivos de todo o povo brasileiro; o mau uso de tais propósitos, sua manipulação falsificada e mistificadora, nada disso deve nos afastar do caminho reto, itinerário único de um Brasil que não se conforma com a pobreza — mas se recusa a delirar com realidades estranhas ao nosso contexto verdadeiro; o Estado, em suma, não deve interferir de modo predador na relação dos fatores produtivos, industriais, prestadores de serviços e dos consumidores, mas tampouco pode assistir inerte às práticas puramente espoliativas e opressoras sobre os desprotegidos da fortuna.

Leio, agora, para que conste dos Anais e para conhecimento imediato de todos os dignos Representantes da Federação, a íntegra do editorial que mencionei há pouco, publicado na edição de 1º de dezembro corrente do *Jornal do Brasil*. É uma página que honra a imprensa, alerta a opinião pública e marca posição corajosa, acima de paixões eventuais e de posicionamentos dúbios. Meditemos sobre suas palavras.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NABOR JÚNIOR EM SEU DISCURSO:

1º-12-92 — *Jornal do Brasil*

Fundado em 1891

O GOVERNO DOS PORQUÊS

Burocratas da administração pública torcem o nariz, empresários reclamam, negociatas franzem o cenho, mas a esma-

gadora maioria do povo brasileiro está gostando da mania do Presidente Itamar Franco de pedir explicações sobre remarcações incessantes, privatizações apressadas e custos reais de obras e empresas públicas.

Historicamente, o Brasil habituou-se à idéia perversa de que o Estado é o pai da nação. Decorre daí o mito de que uma sociedade só é ordeira se hierarquizada e obediente. Arredia a cobranças, a ditadura militar acentuou o vezo autoritário ao impedir a cidadania de questionar seus atos.

Os generais que ocuparam o Planalto se comportaram, na verdade, como comandantes de um quartel administrado de fato por tecnocratas de gabinete. Chamava-se então eufemisticamente a docilidade imposta de força de "controle social". Isto acabou. Em uma sociedade democrática, o contribuinte tem o direito constitucional de exigir dos administradores públicos a prestação de contas do que é feito com o dinheiro arrecadado. Por isto ele aplaude quando os remédios sobem 6% acima da inflação e Itamar quer saber o porquê.

Quando o presidente da República pede vistas nas contas da Petrobrás para verificar — em nome da sociedade — se a companhia pode cortar custos antes de pedir reajustes para os combustíveis, sua burocracia corporativa se fecha em copas. O Presidente da estatal se demite para protestar contra a violação da caixa preta da empresa. Itamar só queria saber por que empresas públicas têm caixas pretas.

Quando Itamar Franco suspende as obras da superfaturada barragem nordestina de Xingó, é a grita. Mas Itamar só está querendo saber por que razão o Banco Mundial diz que obras públicas realizadas no Brasil custam pelo menos 30% mais caras do que em outros países.

Quando Itamar suspende o leilão de privatização da Ultrafértil, cuja avaliação, segundo o consultor-geral da República, é ultra-suspeita, um vice-presidente do BNDES se demite. Alega que Itamar pretendia "mudar os rumos da privatização". Ora, o preço mínimo não havia nem sido aprovado pela assembléia de acionistas da Petrofértil, subsidiária da Petrobrás. E Itamar quis saber o porquê.

O alcance deste direito ao questionamento e a cobrança ampliaram-se consideravelmente com o processo de **impeachment** do presidente afastado. Hoje, o eleitor não aceita mais os desmandos administrativos e a improbidade nos negócios públicos. O contribuinte e o consumidor querem saber por que as estatais são ineficientes, as estradas e hidrelétricas caras, os remédios proibitivos e os cartéis inamovíveis. Itamar Franco faz estas perguntas e o cidadão agradece.

A corrupção dilapida anualmente no Brasil cerca de 20% do Produto Interno Bruto, o equivalente a US\$72 bilhões, que se perdem nas malhas das licitações viciadas, do superfaturamento de obras e bens contratados ao Estado, das comissões embutidas nos projetos públicos, do tráfico de influência dos atravessadores. A pergunta correta a fazer é por quê?

Em nome desta pergunta, desaparecem os privilégios dos contratos de gestão, os domínios reservados, as burocracias invioláveis, os feudos tecnocráticos e as capitania hereditárias da administração pública. Como disse o professor Robert Kitgaard da Universidade de Yale, "a corrupção existe e prospera quando um sistema dá grande poder de decisão a alguns funcionários e não lhes exige a contrapartida de uma rigorosa e transparente prestação de contas".

Para impedir que o monopólio de decisão se combine com opacidade na administração e certeza de impunidade, o remédio são auditores, contadores, peritos, consultores, tri-

buais de contas e um presidente da República que quer saber por que as coisas são como são.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, graças às críticas que, desta tribuna, sempre lancei contra os oligopólios e cartéis, recebi convite dos Diretores do Sindicato dos Produtores de Cimento, para ir ao Rio de Janeiro, a fim de que tivéssemos uma conversa direta, através da qual os diretores desse sindicato tentariam me provar que a indústria de cimento no Brasil não era cartelizada.

Após a visita em meu gabinete e telefonemas trocados, aceitei o convite.

Nos dias 9 e 10 de julho próximo passado enviei dois dos meus assessores para entabulamento dessa conversa. Os Diretores do Sindicato dos Produtores de Cimento, nesses dois dias, fizeram "exaustivas exposições, aclararam dúvidas e apresentaram dados sobre a fabricação e comercialização de cimento no País. Sentem-se profundamente magoados quando autoridades os acusam de feitores de oligopólios, o que negam terminantemente. (diz o relatório)

Apresentaram razões para provar que a sua indústria não é oligopolizada:

"Acusa-se o cimento de oligopolista em razão do preço; isto é, seu preço não só aumenta a todo instante, como parece ser o mesmo em todas as regiões do País. Não é bem assim, dizem eles e continuam: o preço do cimento foi livre até 1968, aí o governo achou que o preço estava alto no varejo e controlou — o através do CIP (Controle Interministerial de Preços).

Com isso o preço do cimento foi reduzido a termos insuportáveis. Tudo subia no País. Só o preço do cimento não podia subir. Então, de 1980 a 1990, a quebraadeira do setor foi geral. Apesar disso, os donos das fábricas não se desfizeram delas porque era uma indústria que devia pouco. Eis porque não foram à falência. Alguns, no entanto, não suportaram os prejuízos e passaram suas fábricas adiante. A Votorantim, por exemplo, comprou a companhia Itaú. Alguns grupos estrangeiros foram comprados por outros grupos. Era o Governo Sarney".

Vem o Governo Collor, em julho de 1990 — continuam eles: os preços foram liberados e a alíquota de importação chegou a zero. Com isso pensou-se que a indústria cimenteira teria uma recuperação. Em 1991, ainda não se tinha recuperado, o preço do cimento não foi aumentado, e vieram o congelamento e o tarifaço. A energia, que gasta 3,5 % por tonelada, aumentou em 75% e o óleo, que é responsável em 10% por tonelada, foi aumentado em 55%. Assim, o congelamento do tarifaço determinara a crise do cimento no País." (diz o relatório)

"Em 1991, continuam, houve um monitoramento de preços. O cimento podia ser aumentado, segundo o Ministério da Economia, contanto que fosse uma porcentagem x. Mesmo assim, o cimento não teve seu preço recuperado. Até que se chegou a um acordo com a Secretaria da Economia, na pessoa da Secretária, Dr^a Dorothea Werneck, para a recuperação do preço do cimento." (diz o relatório).

Realmente, Sr. Presidente, esse acordo houve. Foi confirmado a mim em Fax pela eminente Secretária da Economia.

"Chegou-se a um acordo entre as partes — continuam os diretores do Sindicato dos Produtores de Cimento — isto

é, entre o Governo e os produtores de cimento. E o acordo rezava mais ou menos assim: como a dívida passiva dos produtores era enorme e a tonelada do cimento ensacado fosse vendida a 80 dólares, até janeiro de 1992. Os produtores acharam bom esse preço porque eles estão pagando suas dívidas e o preço do saco de cimento pode até baixar. Segundo eles, deste fevereiro deste ano não houve aumento real do cimento. O que há é simples correção da inflação. Algumas vezes o aumento fica abaixo mesmo da inflação”.

“Antes de fevereiro de 1992, houve um aumento real do preço do cimento que foi de 100%. A tonelada era de quarenta dólares. Com o acordo com a Secretaria de Economia, passou para 800 dólares. Como as fábricas trabalham com uma ociosidade de 30%, a redução do preço ainda não pôde acontecer, porque há ainda uma redução no volume de produção”. (diz o Relatório).

“Quanto ao cimento estrangeiro, continuam, que chega até nós, não é mais barato. O preço do cimento da Turquia é mais caro do que o nosso. De sua produção, ela consome 70% a preço alto. Os 30% restantes ela exporta por qualquer preço porque lhe será lucro”. “A Turquia nos vende cimento a 20% mais barato do que o preço que custa no seu país. Com é sobra, mesmo os 20% mais baratos ela só tem a lucrar com isso”. (Do Relatório).

Eles também analisaram “o parecido preço igual do cimento em todo o Território Nacional”. O preço não é igual, e se não o é, não há imposição de preço. Se não há imposição de preço não existe oligopólio. O que é igual é o preço da produção, porque a matéria-prima é a mesma. Daí o preço, sendo igual, depois de o cimento pronto, vem o problema do transporte. Quem dita o preço é o mercado”. “A composição de preço é diferente pela distância. Os distribuidores compram 80% da produção. Quem dá o preço final do cimento é o distribuidor. Quem o está igualando ao mercado através do distribuidor”. (Do Relatório).

Continuam os diretores do Sindicato de Produtores de Cimento: “No País não há um mercado do cimento. Há mercados. O do Norte, o do Nordeste e o do Centro-Oeste e do Tocantins. Em cada um desses mercados, funciona uma empresa com um preço igual para todas. Há dezessete empresas diferentes de cimento no País. As duas mais importantes são a Votorantim e o Grupo João Santos que têm a maior porcentagem do mercado. A restante porcentagem está distribuída com as outras empresas. Assim, não há um mercado, mas mercados de cimento no País”. (Do relatório ao Senador Ney Maranhão de julho de 92)

Sr. Presidente, mais uma vez a imprensa nacional grita contra o preço exorbitante do cimento e analisa a possibilidade de o cimento ser um comércio cartelizado.

Até o momento, após julho deste ano, com o relatório que recebi de minha assessoria sobre as conversações, tidas no Sindicato dos Produtores de Cimento, no Rio de Janeiro, estava tranqüilo em relação ao assunto, pois achei que eles conseguiram nos convencer que não eram um cartel.

Nada indica de maneira definitiva e provada que a situação descrita naquele relatório tenha realmente mudado. A imprensa incorre em ligeireza, quando compara o preço de 80 dólares sem impostos com o de 130 dólares com impostos. Fala, ainda, da ação **antidumping** da qual resultou a obediência às leis do GATT, não só pelo Brasil, mas pelos países do Mercosul numa antecipação do que deverá ser a harmonia comercial do Cone Sul.

Uma outra verdade daquele relatório é que os mercados são regionais e não-nacionais, **não cabendo** falar de predominância de grupos em termos de Brasil, como fala a imprensa.

Cabe, isto sim, analisar o procedimento de **cada um** dos fabricantes, como fez o Departamento Nacional de Proteção e Defesa Econômica ao abrir trinta e oito processos para investigar cada grupo.

Dessa investigação emerge o notório Sr. Antônio Ermírio, dono do Grupo Votorantim, como o infrator-mor. As diligências feitas mostram muitas irregularidades cometidas pelas suas empresas, tais como:

- 1 — As indústrias possuem empresas de transportes próprios ou a elas vinculadas;
- 2 — Obrigam os compradores a utilizar essas empresas para transportar o produto;
- 3 — Incluem no produto o preço do frete, mesmo se o transporte seja feito pelo cliente;
- 4 — Impõem a quantidade mínima e máxima a ser comercializada;
- 5 — Discriminam preços a depender do comprador;
- 6 — Praticam a restrição de mercado.

A Votorantim, de Volta Redonda, no Estado do Rio, faz suas vendas na condição CIP, isto é, com frete incluído. O transporte, que lhe é exclusivo, é feito pela empresa de transporte CPT LTDA; do Grupo Votorantim.

A filial de Campo Grande, no Rio, obriga o comprador a retirar a mercadoria do depósito e a pagar o frete nas vendas inferiores a cento e cinquenta sacos.

Do mesmo modo, comportam-se tanto a empresa Votorantim do Paraná quanto a de Santa Catarina. (Notícias colhidas do JB, 6.11.92)

O consumidor não tem direito ou facilidades de comprar o produto diretamente das fábricas desse grupo.

Assim, reitero que é um erro considerar o mercado do cimento como mercado nacional. A Votorantim de Antônio Ermírio exerce o monopólio. (Não oligopólio, mas monopólio) em diversas regiões, onde somente ela fornece o produto.

O Sindicato do Cimento, dessa forma, não precisa reunir — se para distribuir cotas, como publicou a Revista VEJA, de 11.11.92. É preciso diferenciar o preço de oitenta dólares — que está mantido — do preço de cento e trinta dólares — que incorpora os impostos diversos.

O preço do cimento ainda não baixou, mas também não subiu mais a partir de janeiro. Mas o importante a apurar são as práticas comerciais, exercidas pelo Sr. Antônio Ermírio de Moraes, conforme apurado pelo DNPDE e que só o comprador sente no bolso e na carne os seus efeitos, passando ao largo das estatísticas e avaliações técnicas.

O Governo está reformando seus órgãos responsáveis na ação de combater os abusos do poder econômico. Cabe ao Poder Legislativo o exame da possibilidade de que nossos instrumentos legais sejam corrigidos e atualizados, para enfrentar situações que podem ser tão contrárias ao bem-estar do País.

O que assistimos, Sr. Presidente, é a ganância sem freios de um grupo, protegida por uma legislação omissa que, por isso, instala a defasagem econômica entre as regiões e a desigualdade entre os brasileiros.

Esse é um dos casos a merecer nossa atenção imediata. O capitalismo selvagem deve ser varrido do nosso meio. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — RO. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje, assomo à tribuna, desta Casa, para voltar a falar a respeito de um problema angustiante do meu Estado: o da energia elétrica.

Temos insistido, desde o Governo José Sarney, que é preciso concluir a construção da única usina hidrelétrica do Estado de Rondônia.

Quero repetir, aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para que fique bem gravado, bem aceso, que nós, mais uma vez, chamamos a atenção das autoridades para a necessidade urgente e premente de se terminar essa usina.

Para que se tenha uma idéia, ela foi orçada, em 1980, em 500 milhões de dólares. Portanto, há doze anos foi iniciada. Já foram gastos 780 milhões de dólares na sua construção. São cinco turbinas que gerarão, na época do pique das águas, 214MW.

À época do Governo João Figueiredo, a usina foi projetada como uma solução tanto para Rondônia quanto para o Acre. Hoje, o consumo do Estado de Rondônia, em pleno vapor, é mais do que ela virá a produzir. O sistema de transmissão não foi concluído. Mesmo com o dinheiro do Orçamento da União — há três anos, coloca-se dinheiro lá — a liberação desse recurso é difícil, o que tem trazido graves, sérios problemas para aquela região.

Hoje, para a nossa alegria, vemos nos jornais que o Presidente da República, Itamar Franco, homem sensível, está interessado nessa causa. Sua Excelência assumiu o compromisso de solucionar o problema do setor energético do País. Mostramos-lhe a necessidade do término dessa usina. O Presidente Itamar Franco sabe que o desenvolvimento daquela região começa com a energia elétrica.

Há, também, nos jornais, uma proposta do Ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero de Vasconcelos. S. Ex^a reconhece o que diz o Presidente Itamar Franco, que é preciso dar condição ao acesso à energia elétrica àqueles de baixa renda. Para isso, é preciso fazer a diferenciação do preço dessa energia em várias regiões do Brasil.

O Ministro Paulino Cícero diz que se isso não ocorrer, vamos ter a energia mais cara na Região Norte, porque, lá, a maioria — 96 ou 97% da energia daquela região — é a óleo diesel. Com isso, inviabiliza-se a Região Norte.

Até hoje, não ouvi nenhum economista, aquele responsável por tantas fórmulas — uma fórmula hoje, outra amanhã — dizer que o desenvolvimento de uma região, de uma Nação não parta do consumo de energia elétrica.

Sr. Presidente, lembro-me de que, quando jovem, fazendo política estudantil, se dizia que era preciso livrar o Brasil dos advogados. Com todo o respeito que tenha à classe, mas era o que eu ouvia e lia em meus tempos de curso secundário.

E hoje, Sr. Presidente, com todo o respeito aos economistas, tenho que fazer uso da frase, dizendo: é preciso que se livre este País da grande maioria dos economistas!

Agora piorou! São fórmulas e mais fórmulas; e quando vemos, através da imprensa falada e escrita, que o Governo Itamar Franco se preocupa com o social, se preocupa em baixar os juros, vêm os chamados *Sassás Mutemas* desta Nação dizer que isso não é possível; porque a economia é isso, a economia é aquilo; precisamos de juros altos etc. E, quando o Governo diz que há necessidade de baixar os juros, há um rebuliço neste País.

Já tivemos exemplos — que continuam a existir — de economistas que apregoam aos quatro cantos do País de que precisamos ter juros altos para baixar a inflação.

Tivemos dois anos e meio de Governo Collor com juros altos, com o povo distante do mercado de consumo e a inflação a 27,28%. E agora estamos vendo no Governo Itamar Franco, quando diz que é preciso e há necessidade de se baixar os juros, que a inflação está baixando, contestando as teorias econômicas.

Sr. Presidente, não são economistas, como V. Ex^a não o é, pois somos médicos, por isso mesmo conhecemos de perto os problemas do povo, porque com ele diretamente convivemos, dialogamos; sentimos a sua necessidade, mais do que em qualquer outra profissão. E vejo aqui estampado nos jornais: "Governo decide abaixar os juros". E aje dessa maneira porque chegou à conclusão, contra toda teoria econômica, de que baixando os juros, aplicando no setor produtivo desta Nação, diminuiremos a inflação. Assim, vamos dar condição ao povo...

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite — me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço V. Ex^a, Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Ronaldo Aragão, eu gostaria apenas de, aproveitando a gentileza de V. Ex^a, fazer duas referências.

O SR. RONALDO ARAGÃO — É sempre honroso ouvi-lo.

O Sr. Jutahy Magalhães — Primeiro, que nós temos lido, temos acompanhado a preocupação do Presidente Itamar com essa hidrelétrica do Estado de V. Ex^a, fazendo, inclusive, movimentação de recursos orçamentários para permitir a conclusão das obras.

O SR. RONALDO ARAGÃO — É verdade.

O Sr. Jutahy Magalhães — Então, acredito que haja a possibilidade de se atender a esta necessidade, sobre a qual V. Ex^a vem se manifestando há tanto tempo, aqui, nesta Casa — e muitas vezes, os ouvidos dos poderosos continuavam obstruídos e não se manifestavam a respeito.

O SR. RONALDO ARAGÃO — V. Ex^a é testemunha disto.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a vem falando sobre esse assunto há vários anos. Eu queria dar um exemplo dessa preocupação com o social e as manifestações que ouvimos de que isso não interessa, não representa nada. Agora, quando o Presidente determina que as residências com consumo de até 30 quilowatts por mês tenham o preço das suas tarifas congeladas, muitas vezes eu ouvi e li que isso não representava nada e que ninguém, hoje, no Brasil, consumia apenas 30 quilowatts. No entanto, foram feitos estudos em que se constataram 3 milhões e 400 mil residências abaixo desse consumo. Veja V. Ex^a, então, que isso atingiu as necessidades de 3 milhões e 400 mil famílias. Quando se tem essa preocupação com o social, logo vem um "economês" nos dizer que isso não representa nada, ao contrário, que representa um prejuízo ao País. Então, essa tarifa diferenciada é necessária para se fazer um equilíbrio, até um certo limite, que é muito baixo ainda, entre as desigualdades sociais. E quando um Presidente começa a demonstrar que não faz somente discurso, mas pra-

tica ações nesse sentido, as críticas são muito grandes. Antigamente, criticava-se o aumento das tarifas, considerando — as um absurdo. Agora, está todo mundo pedindo o seu aumento. Veja, V. Exª, que há um contra-senso. Quero juntar-me a V. Exª nessa manifestação a respeito da hidrelétrica do seu Estado, e ter, hoje, praticamente, a certeza de que V. Exª sairá vitorioso dessa batalha de tantos anos.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço, Senador Jutahy Magalhães, o aparte de V. Exª, também um batalhador pelo Nordeste, pela Bahia. Dizíamos sempre que o que falávamos ficava restrito a este plenário, e agora começamos a sensibilizar os homens voltados para a solução dos problemas nacionais, regionais. Disse muito bem V. Exª, que o “economês” não vale nada. Mas tem aquele ditado popular: “de grão em grão, a galinha enche o papo”. Congelar o pagamento do consumo de até 30 quilowatts, para uma família de baixa renda, é de uma importância vital. Esse pessoal precisa também ter direito, o mesmo direito que os de renda média ou de alta renda têm, ao conforto.

Vejo no meu Estado, Senador Jutahy Magalhães, que o cidadão, quando recebe a conta de luz, ele diz: “doutor, Senador, eu tenho apenas um bico de luz”. Então, precisa ser muito forte para não ter um enfarte. O valor é proibitivo, não consegue pagar.

Está aí o exemplo, quando o Ministro das Minas e Energia refere-se à energia gerada na minha região.

E, aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fico alegre quando vejo o Governo Itamar também preocupando-se com os recursos que teríamos que injetar no setor elétrico nacional, em torno de mais de 12 bilhões, de imediato, e que chegaríamos a 50 bilhões. Agora, começa a incentivar a parceria entre o Governo e a iniciativa privada. É preciso se agilizar isto. Reporto-me ao meu Estado, onde houve, no ano passado, uma concorrência pública para construção das chamadas PCH. É uma solução para o problema de energia do Estado de Rondônia. Essas licitações, essas concorrências públicas para construção de cinco pequenas usinas, de quatro, cinco ou ainda de 27 megawatts, como a de Rondon, no Município de Pimenta Bueno, que vai atender às Regiões de Cacoal, Pimenta Bueno e Espigão do Oeste; pequenas centrais hidrelétricas, na Região de Alta Floresta, que atendem às Regiões de Santa Luzia, Nova Brasília; outras, no Sul do Estado, atendendo toda aquela Região de Cerejeiras, Colorado e Vilhena. Há também a Usina de Samuel, que atenderia, até com o seu linhão, o Município de Pimenta Bueno.

Começamos, portanto, a nos sensibilizar com esse problema tão angustiante da Região Norte no Governo do Presidente Itamar Franco. Vejo, nos jornais de hoje, a notícia da preocupação de Sua Excelência com esse grave problema, que hoje não é só da Região Norte, mas do Brasil. Quando, por duas vezes — sempre me reporto a esse fato —, fui Relator, na Eletrobrás, da matéria referente ao Orçamento da União, já se podia constatar que, se não houvesse investimentos públicos ou de outra natureza no setor elétrico nacional, iríamos ter o **black-out**, inclusive aqui, na Capital Federal, se não terminássemos a Usina de Serra da Mesa.

Quero registrar também, não com alegria, que a salvação da Nação foi a recessão! Isso parece um contra-senso. Mas essa Nação foi salva do **black-out** energético por causa da recessão. Entretanto, não podemos continuar nessa situação que atinge tanto a Nação como seu povo. A miséria se alastra, aumentando a distância existente entre uma digna condição de vida para o povo brasileiro e para sua sobrevivência.

Sr. Presidente, quero aqui parabenizar o Governo Itamar Franco, que tem trabalhado no sentido de diminuir as taxas de juros para baixar a inflação, contrariando, assim, todas as teorias econômicas, porque está provado que essa política não obteve sucesso, pois não sei se agrada o economês que, até agora, só atrapalhou essa Nação, que diziam ser preciso aumentar as taxas de juros para baixar a inflação, para que não houvesse a corrida da sociedade ao consumo. Então, elevaram — se os juros à estratosfera e, no entanto, a inflação continua na casa dos 27, 28, 29% ao mês.

Sr. Presidente, o que se distanciou foi a condição do povo, o que se alargou foi a miséria. Evidentemente que alguém, como os bancos, ganhou dinheiro.

E assim continua, com a chamada solução de juros altos deste País. Sua Excelência o Presidente da República provou isso, com sua teimosia, contrariando as teses econômicas. E a teimosia de Sua Excelência está trazendo benefícios, sim, para o Brasil, baixando os juros. Conseqüentemente, está baixando a inflação. Talvez isso não agrade àqueles que mais ganham nesta Nação, mas tenho certeza de que vai agradar ao povo.

O governo não é para a maioria privilegiada; é para a grande massa daqueles que não têm condição nem de sobrevivência.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fica aqui a minha certeza de que a solução de energia para este País e para o meu Estado, Rondônia, vai ser alcançada no Governo Itamar Franco. E aí estão incluídas tanto a conclusão da Usina de Samuel, a agilização no processo de parceria entre a iniciativa privada e a pública para a construção das PCH lá na região Norte, como o incentivo para o aproveitamento do gás natural daquela região, para gerar energia para o bem-estar de Rondônia e da região Norte. Esta é uma região, insisto, que não precisa de esmola; precisa, sim, de ajuda, como as demais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Chagas Rodrigues — Dario Pereira — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Hydekell Freitas — Irapuan Costa Júnior — João Calmom — Josaphat Marinho — José Fogaça — Lavoisier Maia — Marco Maciel — Moisés Abrão — Nelson Carneiro — Ney Maranhão — Pedro Teixeira — Rachid Saldanha Derzi — Ruy Bacelar

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 880, DE 1992

Na forma do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, requero seja considerada como licença minha ausência aos trabalhos do Senado, dia 7 de dezembro em curso, a fim de participar do Seminário “A Forma e o Sistema de Governo”, em São Paulo, promovido pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo e Instituto Cajamar, conforme programa em anexo.

Sala das Sessões, 4 de dezembro de 1992. — Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — A votação do requerimento fica adiada por falta de quorum.

A Presidência propõe ao Plenário o nome do Senador Alfredo Campos para representar o Senado no XIII Congresso

Nacional dos Empresários do Transporte Rodoviário de Cargas e IX FENATRAN — Feira Nacional do Transporte, no período de 7 a 15 de dezembro de 1992, em Buenos Aires.

A votação da proposta fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollenberg) — A Presidência, nos termos do art. 174 do Regimento Interno, dispensa o período correspondente à Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje.

São os seguintes itens da Ordem do Dia cuja apreciação será dispensada:

1

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 11, DE 1991-Complementar**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, =c, do Regimento Interno.)

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1991-Complementar (nº 69/89-Complementar, na Casa de origem) de iniciativa do Ministério Público da União, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, tendo pareceres:

— Sob nº 412, de 1992, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos do Substitutivo que oferece; e

— Proferido em Plenário, Relator: Senador Amir Lando, contrário às Emendas de Plenário.

2

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 68, DE 1992**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, =c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 68, de iniciativa da Comissão Diretora, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e reestrutura a Subsecretaria de Assistência Médica e Social. (Dependendo de Pareceres.)

3

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 91, DE 1992**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, =c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1992 (nº 3.203/92, na Casa de origem), de 1992, de iniciativa do Presidente da República, que cria cargos nos Quadros de Pessoal das Instituições de Ensino Superior que menciona e dá outras providências. (Dependendo de Parecer.)

4

**REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 318, DE 1991-Complementar**

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 394, de 1992) do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollenberg) — Passa-se à apreciação do Requerimento nº 879, de 1992.

Designo o nobre Senador João Calmon para proferir parecer.

O SR. JOÃO CALMON (PMDB — ES. Para proferir parecer.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Exmº Sr. Presidente em exercício, Ibsen Pinheiro, no dia 22 do corrente mês, assinou decreto que autoriza a indicação do nobre Senador Francisco Rollemberg para participar da 47ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

O decreto foi publicado no **Diário Oficial** de ontem.

Esse requerimento satisfaz todas as exigências regimentais, e, ao propor a sua aprovação, desejo destacar que o nobre Senador Francisco Rollemberg é uma das figuras mais admiráveis desta Casa e vai honrar, com a sua colaboração, a Assembléia Geral das Nações Unidas.

Há mais de 20 anos, também tive a oportunidade de representar o Senado numa dessas assembleias e posso assegurar que elas representam uma fonte inesgotável de ensinamentos. O Senador Francisco Rollemberg dará uma inestimável contribuição ao êxito da 47ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

O meu parecer é, portanto, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — O parecer é favorável. A votação fica adiada por falta de **quorum**.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no último dia 17 de novembro, depois de mais de um ano de atividades, foram aprovados o Relatório e o Parecer da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a crise da Universidade brasileira. Desincumbi-me, assim, da missão de Relator que me foi honrosamente confiada pelos integrantes daquele órgão.

Reiterando o meu reconhecimento a todos que contribuíram para aquele trabalho, desejo expressar ao Presidente desta Casa, o eminente Senador Mauro Benevides, o agradecimento pela iniciativa de mandar publicar não só os documentos conclusivos, mas também todos os depoimentos — foram 23 — prestados perante a Comissão.

Essa será mais uma preciosa contribuição desta Casa para que a Nação se debruce sobre os graves problemas que vivemos num setor que tem profundas repercussões sobre a cidadania, a riqueza e a realização individual.

Aquela Comissão destacou diversas questões de magna importância. A primeira é a pleora de normas que tolhe a liberdade de ação da universidade e do ensino superior em geral e que não assegura a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Temos normas comuns a realidades muito diversas entre si, inclusive com a imposição de modelos organizacionais e a disseminação da universidade sobre critérios puramente burocráticos. Sem descrever o movimento pendular que nos leve a outro extremo do *laissez faire*, cabe rever, simplificar e reduzir substancialmente tais normas. Cumpre, ainda, repensar projeto de ensino superior existente, de modo a clarificar de que ensino superior o País realmente necessita.

Em seguida, a CPI destacou que se clama pela qualidade, mas falta concretizar, com coerente magnitude, um sistema de avaliação contínua à semelhança da experiência de outros países, conforme descreve o Relatório. A avaliação, conjugando as suas dimensões interna e externa, é, inclusive, uma forma de melhorar a articulação das instituições educacionais com o seu contexto social, já que prestam serviços de natureza pública.

Sob esse particular, não posso deixar de me referir ao meu desapontamento de assistir à inclusão, por minha iniciativa, de verbas para a avaliação do sistema educacional brasileiro sem que se produzam os respectivos efeitos práticos. Apesar de figurarem em sucessivos orçamentos da União desde de 1989, não se chegou até hoje à aplicação dos recursos de modo a cumprir as finalidades estatuídas pelas leis orçamentárias, salvo algumas iniciativas isoladas.

Não adianta, portanto, um parlamentar incluir verbas para uma finalidade tão importante como a "avaliação da universidade brasileira". Como o orçamento é uma lei meramente autorizativa, o Poder Executivo teima em não cumprir a decisão do Congresso Nacional.

Temos um enfermo em situação extremamente grave, e o Poder Executivo se recusa a fazer um diagnóstico para que possam ser prescritas medidas capazes de salvar a universidade do nosso País.

Outra preocupação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dirigiu-se à equidade do ensino superior. Além da abertura de cursos públicos noturnos, e da expansão do Programa de Crédito Educativo - vive permanentemente em crise - com o fim de financiar os estudos dos alunos de menor renda, em instituições realmente competentes, frisou-se a necessidade de democratizar o sistema educacional na base, isto é, no ensino fundamental.

Se não vencermos o desafio de uma escola pública de qualidade e não alargarmos substancialmente a pirâmide dos escalões do ensino fundamental e médio, continuaremos a ter escasso número de estudantes de nível superior, em face dos países de nível assemblado de desenvolvimento, e, ao mesmo tempo, uma das mais altas relações entre concluintes do ensino médio e vagas no ensino superior.

Na área acadêmico-científico, constatou-se um ensino anacrônico, que não atende às novas exigências sociais. As matrículas e conclusões se concentram em nove cursos de graduação da área de ciências humanas e sociais. Os currículos mínimos, o papel do Conselho Federal de Educação e a formação de educadores por meios das licenciaturas são pontos que exigem um esforço conjunto da sociedade e do Estado para prover respostas satisfatórias.

Ainda no âmbito da qualidade, frisou-se a necessidade de investir seriamente na formação de professores de ensino superior, uma vez que os dados revelam situação preocupante quanto à sua titulação e qualificação. O ensino de pós-graduação caminha muito devagar, com baixa produtividade, apesar de vários méritos, não modificando a situação conforme as exigências. Ao mesmo tempo, para que os esforços de qualificação não se transformem em investimentos perdidos é preciso que os incentivos da carreira favoreçam a competência e a produção. Nesse sentido, aposentadoria precoce não é prêmio; é castigo.

No que tange às instituições públicas, os dados apresentados sugerem a existência de ineficiências que podem e devem ser corrigidas. Ao lado disso, obter receitas adicionais - sem privatização - constitui alta prioridade.

Ao contrário da letra e espírito do Parecer, foi, por equívoco, atribuída à Comissão a proposta de cobrar mensalidades nas instituições federais. O documento aludido mostra que a gratuidade deve ser discutida no seu âmbito próprio, isto é, como um posicionamento da sociedade sobre quem deve arcar com o ônus da educação superior dos seus cidadãos. Por um lado, a receita que seria arrecadada, em tempos de escassez, não seria desprezível, pois que permitiria, segundo

projeções, dobrar os recursos para outros custeios e capital. Por outro lado, há questões jurídicas e constitucionais de alta relevância.

Lembro-me de que, como Relator da Subcomissão de Educação da Assembléia Nacional Constituinte, tomei a iniciativa de incluir o dispositivo que assegura a gratuidade do ensino público e que se incorporou no texto vigente. A questão não é simples, e, ao envolver a democratização do ensino, deve-se partir do ensino fundamental, que é a maior fonte de iniquidade da educação brasileira.

Sob esse particular, permanece de pé a dificuldade do cumprimento do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabelece a aplicação de metade dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino na erradicação do analfabetismo e na universalização do ensino fundamental. Mantidas estáveis as verbas para educação, nos termos do art. 212 da Constituição, cria-se o dilema de cumprir o mencionado art. 60 ou de colocar em perigo a manutenção das instituições federais de ensino superior, das quais tanto nós orgulhamos.

Urge, portanto, encontrar uma solução satisfatória para a questão. As ações de arguição da constitucionalidade de sucessivas leis orçamentárias, acolhidas pela Procuradoria-Geral da República, têm esbarrado numa decisão do Supremo Tribunal Federal: a de que, decorrido o prazo de vigência da lei orçamentária, não é possível analisar a sua constitucionalidade.

Portanto, desde a promulgação da Constituição-Cidadã, do estadista Ulysses Guimarães, não está sendo cumprido o art. 60 das Disposições Transitórias, que determina que, nos 10 anos posteriores à promulgação da Constituição, deve ser destinada a metade dos recursos federais para a educação, para a universalização do ensino fundamental.

Devido, portanto, à lentidão processual, não tem sido possível chegar a definições da maior importância. A universidade brasileira não pode continuar a sobreviver à custa da violação de um artigo da Constituição. Ela merece todo apoio da sociedade brasileira, e é preciso, portanto, que o poder público monte dispositivos que assegurem o seu funcionamento em alto grau de eficiência.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador João Calmon?

O SR. JOÃO CALMON — Com prazer, ouço V. Ex^a, nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador João Calmon, V. Ex^a é, sabidamente, no Congresso Nacional um missionário da educação. Mas veja a gravidade do fato que V. Ex^a atesta. Não se cumpre a Constituição no que diz respeito a recursos para a educação. E tudo isso transcorre tranqüilamente. Não há nenhum órgão de fiscalização do Poder Executivo no País que ponha termo a esse absurdo.

O SR. JOÃO CALMON — Nobre Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a muito me honra com a sua intervenção. Realmente, é profundamente deplorável que um artigo de transcendental importância, como este que estou focalizando, que é de autoria de um Deputado nordestino dos mais combativos, o Deputado Osvaldo Coelho, seja letra morta até hoje.

O Supremo Tribunal resolveu, não cometendo um grave erro, mas em consequência do acúmulo de processos esperando julgamento, que uma decisão da Suprema Corte não seria possível porque já havia transcorrido o ano objeto da representação.

Nessa base, nunca o Supremo Tribunal Federal terá oportunidade de opinar sobre uma representação como esta do Deputado Osvaldo Coelho e da Associação dos Secretários Estaduais de Educação de nosso País.

Nobre Senador Josaphat Marinho, há um outro problema ainda mais dramático, que é o do não cumprimento de um artigo da Constituição que data de várias décadas, que determina que, quando um município não destinar o percentual mínimo da receita de impostos para a educação, o Governador deve decretar a intervenção. Nunca houve, neste País, um caso de intervenção em município em consequência do não cumprimento desse sábio dispositivo constitucional.

Diante de todos esses deploráveis fatos que V. Ex^a focalizou com tanta objetividade, o que nos compete é não desanimar. Vamos continuar na luta para que este País, um dia, possa dar à educação a prioridade que ela jamais teve ao longo de toda nossa História.

Por fim, Sr. Presidente, uma das maiores contribuições que se poderia oferecer para o aumento da eficiência no uso dos recursos das universidades seria conferir-lhes, de fato, autonomia de gestão administrativa e econômico-financeira. A autonomia de fato não pode existir sem flexibilidade para aplicação e uso dos recursos financeiros. Cabe recomendar que a sistemática de distribuição de recursos entre as instituições federais de ensino superior esteja associada a um processo contínuo, metodologicamente bem definido e confiável de avaliação.

A avaliação não parece muito sedutora porque, conforme já salientei, por quatro anos sucessivos eu incluí verbas para a realização de uma avaliação ampla e profunda da educação brasileira, e nunca o dinheiro foi utilizado para essa finalidade. Os Estados Unidos, o Japão e vários países da Europa, fizeram essa avaliação com resultados espetaculares. O Brasil, talvez por receio dos resultados traumatizantes de uma avaliação, insiste em não cumprir nem mesmo o que determina o Orçamento Geral da República em termos de avaliação da educação como um todo.

Estas são as principais conclusões, unanimemente aprovadas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a que chegamos a respeito da crise da universidade brasileira. Não há soluções mágicas ou receitas prontas para a salvação institucional. Nos termos das suas atribuições e possibilidades, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito analisou questões complexas, ouvindo os mais diferentes setores, e oferece à sociedade brasileira propostas para discussão, uma vez que a universidade pertence à coletividade e as soluções devem emergir do consenso entre uma pluralidade de atores. Como fica claro, as soluções que a crise requer são profundas e complexas. Dependem também do processo legislativo, mas se revestem de grande complexidade.

As conclusões da CPI representam, em última análise, um dramático pedido de socorro, que precisa ser atendido para ser evitado o colapso das universidades, das quais tanto nos orgulhamos. Muito obrigado.

Erá o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. João Calmon, o Sr. Francisco Rollemberg, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Epitácio Cafeteira.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, por que se critica tanto e infundadamente o Governô Itamar Franco? Por que se chama o Governo Itamar Franco, irônicamente, de populista? Por que se chama o novo Governo de República do Pão de Queijo? Por que tudo isso a atormentar os esforços de um presidente que, por todo o significado do ato de governar, vem se pautando de forma a devolver o elo perdido da tranqüilidade à população brasileira, no fortalecimento de suas instituições? Por que tudo isso?

A atividade econômica vem dando incontestáveis sinais de reaquecimento, incorporando novos trabalhadores e reduzindo os níveis de desemprego. A ciranda financeira diminui a cada dia, tendo em vista os atrativos oferecidos pela produção de bens, em detrimento dos ganhos fáceis nas aplicações de curto e médio prazos. A remuneração do capital especulativo está em baixa, desestimulando investimentos que não sejam especificamente destinados ao fortalecimento da economia.

O Presidente Itamar está aos poucos solidificando seu Governo, mediante o concurso de agentes altamente capacitados por suas qualidades pessoais e técnicas. Estão aí Paulo Haddad e Gustavo Krause capitaneando as diretrizes de uma política econômica séria e eficaz. Estão Maurício Correa, Jamil Haddad, Lázaro Barbosa, Coutinho Jorge, Alexandre Costa, Paulino Cicero, Hugo Napoleão, Antônio Britto, José Eduardo, Jutahy Júnior, Fernando Henrique Cardoso, Alberto Goldman, políticos de elevada expressão nacional, donos de mandatos populares conferidos pelas urnas e referendados por sua atuação nas Casas do Parlamento brasileiro, oferecendo toda sua inteligência e empenho na condução de Pastas de indiscutível complexidade. Está aí Murílio Hingel, com toda sua experiência de professor e administrador, buscando recolocar a educação em níveis compatíveis com a realidade do professor e do aluno, imersos num contexto social carente da mais absoluta atenção. Antônio Houaiss assumiu a área da cultura com a respeitabilidade de um dos expoentes máximos da intelectualidade brasileira, conforme conviria a uma atividade relegada a plano secundário da vida nacional. Está aí Walter Barelli, representando condignamente o trabalhador, como defensor histórico da reposição de perdas salariais. O Ministério da Ciência e Tecnologia pôde contar com José Israel Vargas, que já havia se destacado como Secretário de Tecnologia Industrial, no estabelecimento de diretrizes para o setor. As lideranças na Câmara e no Senado encontram em Roberto Freire e Pedro Simon formas de diálogo maduro com a classe política aliadas à defesa consistente das ações de governo.

De modo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que negar competência e determinação para o acerto, presentes na atual composição do Executivo brasileiro, é privilegiar interesses contrários ao efetivo reencontro do País com a normalidade institucional e com a tranqüilidade social.

É inegável que os brasileiros estão dormindo sem a expectativa de um sobressalto ao amanhecer. O Presidente está cumprindo sua promessa de não promover choques, e deixando bem claro que não se esperem milagres ou solução imediata para todos os problemas nacionais.

Os aposentados já começaram a receber os 147%, sem alarde publicitário, sem tumultos e sem sofrimentos nas tradicionais filas bancárias. A previdência social promete uma rígi-

da cobrança dos débitos das empresas, como sinal de inegável respeito para com o patrimônio do segurado.

As liberações de recursos promovidos pelo Ministério da Ação Social estão sendo feitas dentro da mais absoluta transparência, para que a sociedade venha se constituir em fiscal privilegiado da utilização do dinheiro público.

Os preços exorbitantes, principalmente os dos remédios, passaram a ser alvo de ataque, numa fiel demonstração do atendimento às necessidades básicas da população. As tarifas de energia elétrica passaram a ser diferenciadas em função do consumo, ou seja, do poder aquisitivo do trabalhador.

Passou a haver mais respeito, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Começam a renascer as esperanças por um Brasil adequado aos anseios sociais.

Não há razão de se desencadear um processo prematuro de críticas a um governo que, embora caracterizado pela interinidade legal, tenha transformado o ambiente sócio-político de forma tão incisiva, tornando possível a participação e o diálogo.

O papel destacado do Parlamento na formação do novo Ministério e nas negociações de governabilidade tem produzido um efeito extremamente benéfico na dinamização da máquina administrativa.

Estamos assistindo a uma profunda discussão do ajuste fiscal proposto, cujo objetivo final é encontrar-se um denominador comum que não interfira no interesse superior da sociedade, mas que também não inviabilize a consecução dos objetivos de saneamento das contas públicas.

Jamais um governo interino pôde alcançar níveis tão elevados de competência e de determinação. Solidifica-se, assim, na transitoriedade, uma consistência ímpar, capaz de criar uma estabilidade duradoura, necessária ao progresso e à paz social.

Há quem pregue a existência de um quadro desarmônico, pois a eles compensa disseminar a instabilidade e a insegurança em benefício de seus interesses individuais.

Nada mais justo e nada mais patriótico que dar continuidade ao apoio consciente ao Presidente Itamar e a seu ministério, mesmo porque nada há que recomende a formalização de um quadro opositorista sistemático capaz de minar as resistências de qualquer representante institucional.

A classe política brasileira, por meio dos legítimos representantes da sociedade e dos Estados no Parlamento nacional, estimulada pela própria população, tem dado mostras de seu apoio ao Governo naquilo que se constitui em acerto. Ela não se nega, no entanto, a oferecer sua decisiva contribuição naqueles pontos passíveis de reformulação, contrários à vontade popular.

É essa forma de administrar tipificada em sua totalidade por Itamar Franco que vem dando consistência e legitimidade a um governo nascido de circunstâncias emergenciais, mas que vem se solidificando como duradoura pela confiança alcançada junto ao povo brasileiro e à comunidade internacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a Folha de S. Paulo, respectivamente nos dias 28 de setembro e 9 de outubro últimos, publicou artigos do Sr. Laerte Setúbal, intitulado “No rumo da terceirização”, e do Sr.

Abram Szajman, denominado “Os serviços e o Gatt”, em que se enfatiza a importância do item “serviços” dentro da rodada Uruguai do Gatt, onde se estará decidindo sobre um enorme elenco de questões, envolvendo desde setores ditos “tradicionais”, como telecomunicações, seguros e serviços profissionais, (assessoria jurídica e contábil, publicidade, turismo, administração, arquitetura e medicina), até o que o FMI denomina “outros serviços”, a saber: comunicações em sentido amplo, corretagem, serviços bancários, gerenciamento, leasing, assinatura de revistas, subcontratações e serviços técnicos internacionais.

Dada a importância que o comércio de serviços terá para o nosso País e para os setores envolvidos acima citados, entendo que, além das duas iniciativas mencionadas e das de jornalistas que acompanham o encontro em Bruxelas, o pronunciamento que ora faço, nesta Casa, deva abordar os vários aspectos que implicará o próximo tratado internacional.

As questões que constam da pauta do Gatt começaram a ser detetadas em setembro de 1986, quando a “Declaração de Punta del Leste”, no Uruguai, lançou a nova rodada de negociações, a 8ª desde 1947. As metas principais eram fortalecer o papel do Gatt como órgão máximo para arbitrar regras e disputas do comércio mundial e incorporar o setor de serviços e propriedade intelectual nas negociações.

Sentam-se agora à mesa de negociações, em Genebra, os representantes de 108 países integrantes do Gatt — Acordo Geral de Tarifas e Comércio, com prazo até a Páscoa para fechar um gigantesco acordo multilateral e tornar mais transparente a forma como as nações deverão relacionar-se ao contratar serviços, vender ou comprar mercadorias e resolver eventuais disputas comerciais. É desestimulante o resultado de quase seis anos de negociações — as mais ambiciosas da história que têm a pretensão de tornar o intercâmbio mundial de bens e serviços o mais livre possível. Na rodada Uruguai procura-se:

- 1) resolver problemas antigos, como o comércio internacional de produtos agrícolas;
- 2) encontrar solução para antigas mazelas normativas e institucionais, como dumping, subsídios, salvaguardas, solução de controvérsias etc; e
- 3) estender a normalidade do Acordo Geral a áreas que, nas últimas décadas, se tornaram cada vez mais importantes para o intercâmbio internacional, tais como serviços, propriedade intelectual e investimentos.

Na prática, observa-se que a economia mundial não está caminhando bem e que até mesmo países desenvolvidos estão amargando pesada recessão. Esquecidos das virtudes do liberalismo pleno, defendem agora princípios protecionistas. Porque os representantes tendiam para a autodefesa nacional, a rodada Uruguai pouco prosperou nos quase seis anos de cansativas negociações.

Se o acordo falhar, dificilmente será possível manter o status quo. Além da possibilidade de uma guerra comercial, haveria uma tendência natural a um exacerbado protecionismo, ao reforço dos blocos comerciais regionais e, eventualmente, a desvalorizações competitivas. No que se refere à guerra comercial, sabe-se que nos anos 30 ela deu dimensão não prevista à crise da economia mundial e que hoje ela poderia prejudicar principalmente os países em desenvolvimento, na opinião de Arthur Dunkel, diretor-geral do Gatt. Também, diante da recrudescência do protecionismo, os industriais de países em desenvolvimento poderão ser as maiores vítimas. Em entrevista a “O Estado de S. Paulo”, em 10 de agosto

último, o Sr. Dunkel constatava na rodada Uruguai "uma confrontação de interesses nacionais" e achava que "esses conflitos terão difícil solução, se não for concluída a negociação". "Sempre considere — salientou — que cooperação é absolutamente necessária no setor econômico, para evitar que os riscos de conflitos políticos sejam sempre maiores".

Se a rodada Uruguai for completada, acham os economistas que, ainda nesta década, haveria um incremento de US\$195 bilhões anuais para o comércio internacional. Além disso, um acordo comercial de grande proporção poderia contribuir para alterar as expectativas mundiais, duramente afetadas pela recessão tão prolongada.

No artigo "Multilateralismo ou subalternidade", publicado pelo *Jornal do Brasil*, em 28-7-92, o autor e embaixador Luiz Souto Maior vê muita dificuldade para o Brasil evitar a subalternidade, uma vez morto ou degradado o multilateralismo no comércio internacional. "Já não se trataria, porém, em tal hipótese, da tão decantada inserção competitiva na economia internacional, mas antes, de uma inserção subsidiária, subalterna, contrária a quanto temos feito historicamente no sentido de diversificar nossos vínculos internacionais e de ampliar nosso espaço externo de manobra."

Em outro trecho do artigo, afirma que "hoje, o êxito das negociações representará — com todas as restrições que se possam fazer a acordos específicos — um passo necessário para manter o multilateralismo do comércio internacional. Um multilateralismo imperfeito, incapaz de corrigir os desvios distributivos em favor dos mais fortes, porém melhor do que a alternativa oferecida pelo eventual fracasso."

O intercâmbio de serviços está tendo participação cada vez maior no total das transações. Em 1991, o comércio mundial movimentou US\$4.430 bilhões, dos quais, US\$810 bilhões em serviços e US\$3.530 bilhões em bens, respondendo os serviços por 19% das transações totais. Em 1970, os bens respondiam por 94% do intercâmbio mundial (US\$990 bilhões) contra apenas 6% correspondentes aos serviços (US\$64 bilhões). Essa tendência revela que, comparando os dados do ano passado com os de 1970, enquanto foi reduzida a participação dos bens na balança de comércio, a dos serviços triplicou, e as previsões de técnicos do Gatt anunciam que, até o final da década, ela já atingirá o patamar de 40% do total das transações mundiais.

Em muitos países, hoje, as atividades englobadas pelo item "serviços" já respondem pelas maiores parcelas do emprego e do PIB. É a "terceirização" em marcha, incorporando inovações tecnológicas que geram atividades novas além-fronteiras, determinando profundas modificações na organização produtiva. O Relatório de 1991 do FMI observou as seguintes alterações na composição percentual do PIB para os países desenvolvidos, nos últimos cinco anos: queda na agricultura (4% para 3%), queda na indústria (de 41% para 35%) e aumento nos serviços (de 55% para 62%).

O avanço da terceirização corresponde a um aumento de conquistas tecnológicas e multiplicação de atividades em todos os setores, levando o Gatt a redigir minuta de regras sobre serviços (anexo do Acordo Quatro da rodada Uruguai).

Como a área de serviços tem movimentado recursos tão vultuosos, podendo já ser considerada o ramo de atividades de mais rápida expansão internacional, é natural que os países desenvolvidos procurem proteger seus interesses no comércio de serviços. Foi assim que eles buscaram restringir o alcance da cláusula de Nação Mais Favorecida (MFN, da sigla em inglês), segundo a qual um benefício concedido a um parceiro

comercial tem de ser estendido a todos os demais. Por essa razão, os EUA recuaram e pediram ao Gatt que setores como os da navegação, telecomunicações, informática e serviços financeiros ficassem fora da rodada Uruguai.

Na versão da Casa Branca, os norte-americanos sairiam perdendo com a cláusula de MFN, já que as demais nações se beneficiariam do já aberto mercado dos EUA, sem uma contrapartida liberalizante dos parceiros mais protecionistas. Para a delegação da Comunidade Econômica Européia, a iniciativa norte-americana comprova o liberalismo de fachada da Casa Branca e constitui uma séria ameaça a todo o ciclo de negociações.

A situação do Brasil, em minha opinião, é muito diferente. Certamente não estamos entre os principais beneficiários dos acordos específicos alcançados ou alcançáveis em Genebra. Embora não disponhamos do peso econômico da CEE ou dos EUA, estamos interessados no aperfeiçoamento do sistema multilateral de comércio e tememos sua permanente deterioração ou seu eventual esfacelamento. Denúncias têm sido feitas de que certas práticas das grandes potências comerciais é que conduziram à degradação do sistema multilateral e liberal de comércio, pondo em risco a sua sobrevivência.

A título de exemplo, desde fins de 1990, os Estados Unidos já obtiveram concessões em três áreas que consideravam cruciais. A primeira concessão consistiu em exigir da CEE cortes específicos em seus subsídios aos agricultores, que, embora reduzidos, representaram um ganho efetivo. Conseguiram, em seguida, um acordo para proteger propriedades intelectuais, valioso para os setores de alta tecnologia e entretenimento dos Estados Unidos, que contém agora o mecanismo para punir infratores. Finalmente, obtiveram regras mais rigorosas para o comércio de serviços — setor em que os Estados Unidos se situam como o maior exportador mundial — conseguindo fechar a brecha que permitia aos demais países proteger seus serviços por "motivos culturais". Ainda insatisfeitos, os Estados Unidos apostam na obtenção de maiores concessões na rodada Uruguai.

Não devemos iludir-nos: os Estados Unidos, a CEE e o Japão serão os grandes beneficiários do êxito das negociações em curso.

Não resta dúvida de que foram eles que aproveitaram as circunstâncias para forçar a negociação de áreas novas de seu interesse. No entanto, no ponto em que se encontram as negociações na rodada Uruguai, o bom êxito representará um passo necessário para manter o multilateralismo do comércio internacional.

Na entrevista a que me referi, do diretor-geral do GATT a O Estado de S. Paulo, diante da pergunta "O que o Brasil precisa mudar em sua política comercial?", o Sr. Arthur Dunkel respondeu: "Com a rodada Uruguai, certamente o Brasil e outros países vão ter de adaptar certas políticas nacionais. Por exemplo, terão de ser revistas leis sobre serviços (atividades bancárias, telecomunicações, turismo) e proteção da propriedade intelectual (patentes, marcas)."

Entretanto, o mesmo periódico, em 29-03-92, já publicara o artigo "Rodada Uruguai caminha para o impasse: Brasil avança no setor de serviços", onde o advogado Durval de Noronha Goyos Jr., presidente da Comissão da OAB — Seção São Paulo, denuncia o falso liberalismo das nações industrializadas ao negociar, no âmbito do Gatt, a desregulamentação internacional do setor de serviços legais, informando que "as negociações sobre atividades profissionais ligadas ao Direito esbarraram numa situação paradoxal: enquanto as nações de-

envolvidas, como Estados Unidos, Japão e países da Comunidade Européia, exigiam de seus parceiros comerciais em desenvolvimento o acesso incondicional aos seus mercados de serviços legais, elas indiretamente impediam, ao mesmo tempo, a entrada de profissionais estrangeiros em seus próprios mercados."

Levantou fatos que comprovam a limitação ao acesso de mercados das nações desenvolvidas, contrariando o seu discurso liberalizante, desde sérias restrições à imigração até exigências praticamente intransponíveis (por exemplo, a obrigatoriedade de se obter um seguro de responsabilidade civil, quando nos Estados Unidos as seguradoras se recusam a segurar advogados estrangeiros).

Informou ainda o Sr. Durval Goyos Jr. que os representantes das nações desenvolvidas no Gatt (europeus, norte-americanos e japoneses) se surpreenderam tanto com a denúncia de que existiam "barreiras escondidas" ao acesso de seus mercados profissionais que pediram tempo para responder ao pedido brasileiro de desregulamentação dos serviços legais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, parece que a área de serviços no Brasil, com notória exceção, ainda não se conscientizou para o fato de grande importância em que se transformou a rodada Uruguai do Gatt.

Entendo que os setores compreendidos na área de serviços deveriam sair em defesa de seus direitos, como, aliás, fez o brilhante presidente da Comissão da OAB — Seção São Paulo, conseguindo mesmo desmistificar o pseudo-liberalismo das nações industrializadas, no âmbito do Gatt, pelo menos no que concerne ao setor de serviços legais.

A nossa Constituição Federal, por um lado, estabelece que é da competência privativa do Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional (art. 84, inciso VIII). Por outro lado, dá como competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre os mesmos tratados, acordos ou atos internacionais (art. 49, inciso I).

Cabe, além disso, verificar o que dispõe o texto constitucional sobre o setor específico de serviços que for objeto do tratado, acordo ou ato internacional. Suponha, Sr. Presidente, que este fosse o mercado de seguros. A Constituição de 1988 prescreveu que lei complementar disciplinaria seu funcionamento, fixando inclusive as condições para a participação de capital estrangeiro, levando em conta tanto os interesses nacionais, quanto os acordos internacionais (art. 192, inciso III, alíneas a e b).

Indago: é possível ao Congresso Nacional votar tal lei complementar, que consultasse, ao mesmo tempo, aos interesses nacionais e aos acordos internacionais? Não paira nenhuma dúvida, entretanto, de que o Congresso Nacional iria pesquisar o interesse nacional e nessa base dimensionar a participação de capital estrangeiro no nosso setor segurador.

Outro dado que me parece absolutamente certo, é que um acordo no Gatt, supondo êxito na rodada Uruguai, apesar das fortes resistências que persistem, teria um longo caminho a percorrer em cada país. Essa etapa será tão mais longa, quanto mais abrangente for o acordo do Gatt, extensivo a todos os serviços, o que demandará uma análise mais circunspetca e complexa, aferindo e balanceando as concessões feitas e obtidas nas várias áreas do setor de serviços.

Acho pertinente relembrar aqui que a diplomacia brasileira, que tem a tradição de competência e habilidade, mais uma vez conduzirá com sabedoria a defesa dos interesses na-

cionais, mormente sob a direção lúcida do Ministro Fernando Henrique Cardoso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 1991-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1991-Complementar (nº 69/89 — Complementar, na Casa de origem) de iniciativa do Ministério Público da União, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, tendo pareceres:

— Sob nº 412, de 1992, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos do Substitutivo que oferece; e

— Proferido em Plenário, Relator: Senador Amir Lando, contrário às Emendas de Plenário.

— 2 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 68, de 1992, de iniciativa da Comissão Diretora, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e reestrutura a Subsecretaria de Assistência Médica e Social. (Dependendo de parecer.)

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1992 (nº 3.203/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria cargos nos Quadros de Pessoal das Instituições de Ensino Superior que menciona e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

— 4 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 67, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 67, de 1992, de iniciativa da Comissão Diretora, que altera a redação de dispositivos da Resolução nº 86, de 1991, modificada pela Resolução nº 5, de 1992, ambas do Senado Federal. (Dependendo de pareceres.)

— 5 —

OFÍCIO Nº S/76, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Ofício nº S/76, de 1992, pelo qual o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul solicita autorização para contratar

operação de crédito, no valor de quinhentos e um bilhões, novecentos e quatro milhões, setecentos e noventa e oito mil e dez cruzeiros, para os fins que especifica. (Dependendo de parecer.)

— 6 —

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 318, DE 1991 — COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, da redação Final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 394, de 1992), do Projeto de Lei do Senado nº 318, de 1991 — Complementar, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente.

— 7 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 1992**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 1992 (nº 77/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio para Preservação dos Recursos Naturais nas Áreas de Fronteira, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Bolívia, em Brasília, em 15 de agosto de 1990, tendo:

PARECER favorável, sob nº 377, de 1992, da Comissão — De Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas, e 30 minutos.)